

Governo negociará plano de curto prazo com setor privado

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, disse ontem que o Governo já escolheu os setores com os quais negociará seu programa de curto prazo, para a retomada do desenvolvimento econômico. O programa incluirá negociações com os setores automobilístico, agroindustrial, de construção civil pesada e exportação, além da aprovação do ajuste fiscal.

— A preocupação do Governo para 1993 é com uma melhor política social, que resulte em empregos permanentes e salários dignos. Não podemos ficar inertes e, por isso, contamos com o apoio da iniciativa privada. Queremos reverter a situação e aumentar a renda **per capita** do brasileiro, que atualmente é igual à de 1979 — afirmou o ministro, durante almoço com cerca de 200 empresários, na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

As negociações com o setor automobilístico começarão imediatamente. O Governo vai propor a concessão de linhas de crédito à indústria e a redução da carga tributária. Em contrapartida, a indústria ficaria responsável pelo aumento da produção, das exportações, do nível de emprego e da competitividade. O presidente Itamar Franco condicionou a aprovação do acordo à fabricação de novos modelos de carros populares, além de tratores e caminhões.

Com o setor agroindustrial, o Governo oferecerá as mesmas condições dadas à indústria automobilística, de forma que a cesta básica fique mais barata. Para

a recuperação das estradas, principalmente as vias de escoamento da produção agrícola, o ministro espera articular novos projetos com os empreiteiros.

Com relação aos exportadores, o Governo proporá a criação de linhas de financiamento através do Programa de Exportação (Proex) e do câmbio real. Haddad também garantiu que o regime de liberação de preços será mantido. Para ele, os problemas

decorrentes da abertura econômica, como as práticas irregulares de cartéis e oligopólios, serão resolvidos com importações e negociações.

— O Governo não quer estabelecer controle de preços. Sua preocupação é com a criação de tarifas públicas mais racionais, que permitam às estatais uma maior produtividade e beneficiem a sociedade — explicou.